

DISPUTAS POLÍTICAS NO CEARÁ NO INÍCIO DOS ANOS 1830

GUSTAVO MAGNO BARBOSA ALENCAR*

Passada a Confederação do Equador, uma nova conjuntura política se inicia na província do Ceará e a instalação do Conselho Geral da Província pode ser visto como um marco significativo neste processo. Era a província tentando reestruturar-se burocraticamente, um órgão criado pela Constituição de 1824 (mas que também simbolizava, naquele momento, o poder do Estado Imperial adentrando a província outrora insurgente), cujos votos para a escolha dos conselheiros só foram apurados em 1825, na Câmara de Fortaleza, porém só se instalando efetivamente quatro anos depois daquela reunião, em 1829 (STUDART, 1922).

O estabelecimento do Conselho Geral da Província influenciou para a aglutinação do debate político em torno da capital Fortaleza (que ainda não se destacava como a principal localidade da província), gerando assim uma movimentação maior de grupos de indivíduos de diversas vilas. As alianças e as divergências iam ganhando contornos mais nítidos. Os grupos de “políticos” (não me refiro ao sentido profissional do termo, mas a indivíduos que se localizavam em posições mais elevadas nesse campo) iam-se moldando, ganhando visibilidade tanto devido à atuação naquela instituição, quanto nos momentos de escolha daqueles que representariam a província na Câmara Geral (instaurada em 1826) ou no Senado.

A política, porém, não era feita somente nas instituições do Estado Imperial, na oficialidade dos debates e despachos lá executados, senão extrapolava esses muros e ganhava o terreno da particularidade dos indivíduos, a intimidade da vida oficial. Uma política definida pelas ações dos sujeitos. Nesta intimidade da vida oficial se urdiam as relações e os modos de atuação, ou seja, por ela as tramas da política ganhavam seus contornos. Mas, não seria possível acompanhar tal processo (em sua plenitude) pelos documentos oficiais, tão marcantes para aqueles que estudam o século XIX, senão pela escrita íntima daqueles sujeitos, o que também torna o percurso extremamente instigante e fértil. É aqui onde a troca de correspondência privada ganha maior força para a análise.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Bolsista financiado pela CAPES.

Teresa Malantian (2009) ressaltou certa vez que o século XIX não foi apenas o da História (marcado pela busca de cientificidade deste ato de contar/construir histórias e pela institucionalização dos museus e arquivos), mas também foi o tempo das correspondências, da grande produção de cartas. Esta relação, ancorada nas palavras que serviam como ponte, também foi estabelecida entre vários indivíduos situados numa elite política¹ da província do Ceará durante a década de 1830 e nos referimos preferencialmente às missivas enviadas a José Martiniano de Alencar² enquanto era deputado geral e senador na Corte do Império do Brasil (entre 1830 e 1833).

Elas simbolizavam um momento específico da vida dos indivíduos dedicado à produção de sentidos sobre sua realidade, como propôs Angela de Castro Gomes³, mas que não significava uma escrita espontânea⁴. A finalidade era de que estes sentidos fossem lidos como verdade e o destinatário, José Martiniano de Alencar, influía no modo como os remetentes expunham o que acontecia na província. Contava-se da situação familiar, ansiava-se por notícias sobre a saúde dos amigos e tratavam dos assuntos mais prementes da província, aí é que a política se sobressaía. Tentava-se mostrar a Martiniano de Alencar quem eram seus aliados, queria estaria do lado dos que tencionavam o melhoramento da província do Ceará assim como expunham seu posicionamento diante de determinadas situações. Assim é que as cartas nos possibilitam enxergar os aspectos voltados às práticas políticas que desenvolviam aqueles sujeitos.

Todo esse processo se faz necessário para compreendermos como se deu a formação do grupo liberal moderado⁵, que se congregou para apoiar a presidência de José Martiniano de Alencar (1834 – 1837), os interesses em jogo e as disputas que silenciaram para dar corpo àquele partido. Entender a natureza da construção das alianças e oposições por

¹ Sobre este conceito, ver a primeira parte de CARVALHO, 1996.

² Tais cartas estão disponíveis no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, compondo a coleção Senador Alencar, sob a localização “I-1, 13”. Também estão publicadas em CORRESPONDÊNCIA, 1966.

³ Ao analisar as formas de produção de si (cartas, diários, escritos autobiográficos e coleções privadas), Angela de Castro sugere que isto era uma forma de os indivíduos e os grupos evidenciar “a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas”. GOMES, 2004, p. 11.

⁴ Michelle Perrot, ao tratar das fontes privadas que contribuíram para a produção do estudo cujo texto que escrevia servia como introdução, disse que este tipo de documentação obedece “[...] a regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem pessoal que [rege] a natureza de sua comunicação e o estatuto da sua ficção. Não há nada menos espontâneo do que uma carta”. PERROT, 1991, p. 11.

⁵ Problema proposto para a pesquisa que se desenvolve no Mestrado em História Social, ao qual o autor deste artigo está vinculado.

trás da escrita das cartas (palimpsestos), o que as caracterizavam e os instrumentos que utilizavam nesta disputa, assim como as questões mais prementes nessa escrita (que são uma porta para se perceber as questões que dominavam o cenário político da província) é o grande desafio. Isto nos ajudará a melhor compreender as práticas políticas dentro de um processo comumente chamado de “construção do Estado brasileiro” e uma etapa importante na constituição do grupo que apoiou Martiniano de Alencar durante o período em que foi Presidente da Província do Ceará.

Eram tempos agitados. Nem bem começava o governo das Regências, a província do Ceará já passava por uma ebulição causada pela revolta de Pinto Madeira, que tencionava a volta do Imperador D. Pedro I e que tomava conta da região sul da província, o Cariri. O 7 de abril foi encarado pelos sujeitos referidos como uma ruptura (que realmente a foi, apesar de crermos que politicamente a província não sentiu fortes alterações com o acontecimento), era o momento de delineação entre aqueles que tencionavam o “desenvolvimento” da província/Império e aqueles que se posicionavam de modo contrário, uma construção do “opositor” ancorada na ideia de que pretendiam a restauração do governo de Pedro I ou do domínio português.

Pedro Antunes de Alencar Rodovalho⁶, primo de Martiniano de Alencar e que também era padre, provavelmente exercendo tal função no Crato (local de onde escrevia suas missivas), exprimiu a satisfação (que era a de muitos daqueles que se relacionavam com Alencar) sobre a recepção da notícia da saída de D. Pedro I em carta enviada em 16 de outubro de 1831 ao primo deputado: “Tenho tido a maior satisfação com a feliz revolução do memorável dia 7 de Abril, dia em que vimos o nosso solo pisado por um Monarca Brasileiro, que fará fortuna da nossa cara Pátria [...]” (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 150.). Esta era uma das formas como enxergaram o acontecimento, a referência ao 7 de abril não é em relação à saída do Imperador absolutista e despótico, ou seja, a data não é associado à Abdicação do Trono, mas ao ingresso de um Imperador nascido em solo nacional, um monarca legitimamente brasileiro. Interpretação que também se insere na construção de um imaginário em torno do perigo da recolonização e da necessidade de um verdadeiro

⁶ Um dos correspondentes de Alencar naquele período, Rodovalho escrevia, além de assuntos familiares (como a morte de seu filho e da mãe de Alencar, D. Bárbara, assim como da herança por ela deixada), sobre diversas questões políticas de então, como as que serão exemplificadas no decorrer do texto. Cf. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 149-155.

representante das pessoas que viviam (e nasceram) naquele território assumir a administração imperial.

Um certo Francisco Antonio, que não conseguimos encontrar maiores informações a respeito, senão que possuía intimidade e inserção no campo político da província do Ceará pelo que se percebeu através das cartas que enviou a Martiniano (falava no empenho da criação da Província dos Cariris Novos⁷, na relação com o Presidente da Província, nas questões que envolviam Pinto Madeira, dentre outros), expressou certa vez sentimento semelhante, no que dizia respeito às mudanças que ocorriam, mas com características que iam além da exposta por Rodovalho:

O Grande dia 7 d'Abril dissipou todos os nossos sustos, e temores, e penso que só foi amargoso para a Singular, independente, e incomparável Vila da Barra do Jardim, que ainda hoje conserva o luto de sua viuvez, considerando-se como órfã [...]. (Carta de 19 de outubro de 1831. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 316)

O trecho acima é de uma carta enviada a José Martiniano em 19 de outubro de 1831. Francisco Antonio escrevia da região do Cariri. Simbolizava a percepção de que o início da Regência representaria uma ruptura na história do Império e que traria novos rumos à administração com o fim das amarras estabelecidas com os elementos retrógrados (os europeus portugueses), espantando o medo de uma possível recolonização. Além disso, reforçava uma polarização estabelecida no período entre aqueles que se diziam “defensores das leis” e do liberalismo⁸: para impedir o retrocesso do Império do Brasil era necessário combater os agentes desta ação, os “caramurus”, e a vila de Jardim, reduto do coronel Joaquim Pinto Madeira, aglutinava à época todos os temores dos ditos “liberais” da província.

O mesmo Francisco Antonio, em carta de 16 de agosto de 1832, explicava a Alencar como se iniciara a revolta liderada por Madeira. O “monstro”, como nomeava o antigo coronel de milícias, mesmo tendo sido destituído desta patente, ainda guardava bastante influência na região. Foi então que em 6 de dezembro de 1831, Madeira reunia tropa armada na vila de Jardim, “levantando o pendão do despotismo”, “para destruir a opinião geral do Brasil, que zelosa tratava de desfazer os intentos do monstro” (Carta de 16 de agosto de 1832. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 317), tendo ainda o padre Antonio Manoel de

⁷ Interesse encabeçado por Alencar, mas que será mais bem tratado no tópico seguinte.

⁸ Várias são as referências à defesa do liberalismo e dos liberais, assim como a inserção nestes modelos, entre os correspondentes de Alencar. Ver CORRESPONDÊNCIA, 1966.

Souza (conhecido por benzer os “cacetes” dos soldados de Madeira quando partiram para o confronto com as tropas legalistas), vigário da vila de Jardim, como seu aliado, instaurando a “tirania” e apoderando-se do Cariri por seis meses sem encontrar barreira que o impedisse.

Tais referências às atividades destes dois indivíduos e seu exército na região do Cariri estão atreladas à construção de uma “entidade” de oposição: os caramurus, restauradores ou absolutistas, como já mencionado. A intenção dos correspondentes de Alencar não era só relatar os “acontecimentos do Centro” (como muitas se referiam às disputas travadas no Cariri), mas demarcar (e demonstrar a ele) o posicionamento que ocupavam em um momento onde a clivagem entre liberais e caramurus se estabelecia de forma crucial na província do Ceará (percebam que neste transcórrer não há menção a outro grupo bastante recorrente nos estudos deste período, os exaltados, o que demarca certa peculiaridade no processo desenrolado nesta província, que, é bom não esqueçamos, havia há pouco sofrido forte repressão do Governo Imperial devido à Confederação do Equador). Não eram à toa, então, as expressões utilizadas quando tratavam de Pinto Madeira. Francisco Antonio relacionou, em uma de suas cartas, o avanço das tropas “pintistas” ao abandono pela Providência de seus filhos do Cariri⁹; Rodovalho mencionou o sofrimento das “famílias boas” devido à “revolução dos monstros sanguinários Pinto Madeira, e o Padre Antonio Manuel de Souza por espaço de 8 meses” (Carta de 6 de dezembro de 1832. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 151); Francisca da Mota Souza¹⁰, que também manteve correspondência com Alencar, referiu-se à desgraça causada pela “anarquia” realizada por Pinto Madeira e Antonio Manuel¹¹, dentre outros. Associava-se o desregramento, o não cumprimento das leis básicas,

⁹ Carta de 16 de agosto de 1832: “[...] parecia que a Providência, ou se esquecia de nós, ou dormia a sono solto [...]”. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 317-318.

¹⁰ Não encontramos referências biográficas a respeito de Francisca da Mota Souza. O que dela sabemos foi o que pudemos apreender das cartas que enviava a Alencar. Escrevia de Maranguape, possuía certa intimidade com Martiniano, apesar de trata-lo formalmente (sempre iniciava as missivas tratando-o por “Ilmo. Exmo. Sr. José Martiniano de Alencar”), perguntando sempre por sua amiga Dona Ana (companheira de Alencar) e por seus filhos. Mas se inseria no campo político, sempre tratando dos assuntos mais prementes da época (sobretudo, da repressão à insurreição de Pinto Madeira), certos embates que ocorriam, utilizava-se do jargão político daqueles tempos (caramuru, corcunda, liberais, constitucionais e fazendo referência à saída de Feijó do Ministério diz que ele era um “defensor da Liberdade”), fazia também algumas referências ao ano de 1824 que nos leva a supor que ela e/ou sua família apoiaram a Confederação (“[...] eu não desejo mais por os meus pés no Cariri ainda não me esqueço a mágoa de 24 [...]”, p. 289). Ver CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 288-296.

¹¹ Carta de 17 de abril de 1832. “A nossa Província se acha até o fazer desta [carta] desgraçada por que o malvado Pinto Madeira com o seu mentor Antonio Manuel de Souza perpetrou uma anarquia em todo Cariri.”. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 291.

ao movimento que despontava em Jardim, demonizando a figura de Pinto Madeira e do vigário Antonio Manuel.

Semelhantes represálias sofreram o General francês Pedro Labatut e seu secretário Cambuci do Vale quando na província do Ceará aportaram para pôr fim às atividades insurgentes na vila de Jardim¹². Mesmo conseguindo prender as lideranças daquela revolta armada, eles não escaparam das acusações de serem caramurus e, logicamente, trazerem prejuízo à já “malfada” província, como algumas vezes a ela se referiam. Alegava-se que Labatut, após a empreitada na região do Cariri, havia libertado indivíduos que compuseram as tropas insurgentes de Pinto Madeira.

Pedro Rodovalho não ficou em silêncio diante do que interpretava serem atitudes equivocadas do General francês, escrevendo a seu primo Martiniano, em 6 de dezembro de 1832, que além de Pinto Madeira, o Cariri sofria com a chegada de Labatut, pois

os Cabras tomaram novo gás, que estão com as armas na mão e brotando publicamente, não obstante o dito Labatú [sic] prender os dois principais Cabeças, porém como tem favorecido aos mais, eles contam com ele a seu favor, e visto muitas provas que ele tem dado, não se pode entender o contrário, de sorte que as pessoas de melhor sentimento estão todos desgostosos, Deus nos acuda, está tudo impune; e só os Liberais é que são punidos, quando os malvados imperam. (Carta de 6 de dezembro de 1832. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 151)

Outros correspondentes também tentaram demonstrar a Martiniano de Alencar os malefícios que a expedição de Labatut vinha causando à província (sobretudo à região dos Cariris Novos)¹³, mas todas seguiam o sentido dos trechos aqui destacados das cartas do padre Carlos e de Pedro Rodovalho. Para Raimundo Girão, a atuação do General foi “imparcial, justa e patriótica” e promoveu o apaziguamento dos ânimos; a revolta dos legalistas se dava por sede de vingança contra os insurgentes (1985, p. 284). Não entraremos no mérito desta questão, pois o que nos interessa aqui é entender as interpretações que os sujeitos ligados ao projeto político dos moderados faziam dos indivíduos referidos.

Perceba-se que a principal argumentação estava no fato de se associar Cambuci e Labatut a Pinto Madeira, portanto enquadrando-os dentro do grupo dos caramurus (padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, primo de Martiniano de Alencar, certa vez, disse que

¹² Segundo João Brígido (1903), o General chegou a Fortaleza em 23 de junho de 1832.

¹³ Francisca da Mota Souza, João Franklin de Lima, João Cavalcanti de Lima e Albuquerque e Luis Antonio da Silva Viana são alguns deles. Cf. CORRESPONDÊNCIA, 1966.

Cambuci estava sempre pronto a defender os Andradas¹⁴, irmãos que tiveram importante atuação política durante o Primeiro Reinado e que tiveram certa relação com o Imperador), para então relacioná-los ao mundo da desordem¹⁵, a partir, sobretudo, da ligação que é feita com os “cabras”, ou seja, uma população pobre livre que, grosso modo, caracterizar-se-iam pelo enquadramento na categoria de “cidadãos não ativos”, aqueles que não teriam direito a uma participação política efetiva¹⁶. Eram aqueles indivíduos os responsáveis pela aflição das “famílias boas”, ou seja, as que possuíam poder político destacado na região e que tentavam suplantar os partidários de projetos políticos outros que não se enquadravam no modelo de sociedade e Estado que era empreendido pelos liberais moderados.

Na medida em que eram inseridos no mundo da desordem, Labatut, Cambuci, Pinto Madeira e Antonio Manuel passavam a ser “demonizados”: eram os “monstros” que atormentavam a “tranquilidade pública” da província do Ceará, ameaçavam o “triunfo das leis”, fazendo imperar a impunidade; “fizeram o que esqueceu o diabo” (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 153), disse Pedro Rodvalho se referindo a Cambuci e Labatut em carta a Martiniano de Alencar datada de 13 de março de 1833. Era em decorrência deles que imperavam os assassinatos, roubos e ataques às famílias nos Cariris Novos, sendo os grandes opositores aos liberais.

Toda essa discussão se faz necessário para que entendamos as relações que mantiveram alguns dos sujeitos ligados a Alencar com a família Castro, uma das bases de sustentação do grupo liberal moderado no Ceará e forte aliada de Martiniano de Alencar. Relações de extrema rivalidade que se associavam com a (re)construção das identidades políticas no início das Regências e com as experiências vivenciadas durante a primeira metade do século XIX.

Francisco Xavier Torres (uma das forças políticas da província durante o período aqui abordado), por exemplo, natural de Fortaleza, oficial do exército que fez a maior parte de sua carreira durante o Primeiro Reinado, tendo participado do processo de Independência na Província do Ceará, compondo inclusive a expedição que dali seguiu para as províncias do

¹⁴ Carta de 14 de fevereiro de 1833: “[...] Cambuci, esse caramuru desmascarado nesta Província, sempre pronto a fazer a defesa dos Andradas, e seu rancho”. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 253.

¹⁵ A acepção do termo se remete àquela presente em MATTOS, 2004.

¹⁶ Referimo-nos àqueles indivíduos nascidos no Brasil, do sexo masculino e sem renda mínima de cem mil réis anuais. Cf. o art. 91, inciso V, da Constituição de 1824. BRAZIL, 1824, p. 19.

Piauí e Maranhão para consolidar o referido processo, chegou a comandar as forças expedicionárias contra Pinto Madeira e também se correspondeu com Martiniano¹⁷. Na única carta que se encontra preservada na coleção das epístolas recebidas pelo Senador Alencar (data de 14 de julho de 1831), presente na Biblioteca Nacional, Xavier Torres escrevia para parabenizar a saída do Imperador D. Pedro I e para contar da recepção de tão célebre notícia. Foi aí que deu sua versão dos fatos, donde se percebem as rivalidades presentes no campo político provincial. Demonstrando desgosto com o fato de o Vice Presidente José de Castro e Silva ter guardado a informação da Abdicação por 24 horas e só após uma reunião com parentes e falar com o Comandante das Armas e o Ouvidor, ter resolvido divulgar a notícia, Torres relata ainda sobre sua nomeação como comandante do 22º Batalhão. Segundo ele, no intervalo de tempo entre a saída de seu antecessor e sua posse, tal cargo foi ocupado por um certo Tenente Santa Anna, parente dos “Srs. Castros”, e por conta disto o Vice Presidente não queria que Torres assumisse o comando do Batalhão,

de maneira que me fez uma intriga tão grande com o Comandante das Armas que este esteve vacilante em dar-me o dito Comando, a intriga era que era muito rusguento, tinha mau gênio, era revolucionário e finalmente [...] que era eu o diabo [...]. (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 410)

Só conseguiu a aprovação do Comandante pelo fato de a “melhor gente da Cidade” (Albuquerque [Manoel José de Albuquerque], padre José da Costa Barros, Joaquim da Silva Santiago e Mendes [Joaquim Mendes da Cruz Guimarães])¹⁸ intervir no assunto e mostrar a ele que tal intriga se fazia porque a “súcia dos Castros” tencionava que no comando

¹⁷ Posteriormente, tornou-se opositor de Martiniano de Alencar, liderando inclusive uma revolta em Sobral em 1841, tentando a retirada daquele da Presidência da Província, cargo que ocupava pela segunda vez.

¹⁸ Manoel José de Albuquerque foi Secretário de Governo do Presidente Pedro José da Costa Barros, em 1824, e novamente Secretário em 1828; surge com maior preponderância nas fontes que tivemos acesso, durante a Presidência de Martiniano (1834 – 1837), como um de seus ferrenhos opositores e à época juiz de paz na Capital; também foi deputado provincial na legislatura de 1840 – 1841 (GUIMARÃES, 1951, p. 428). O padre José da Costa Barros, nascido em Aracati, irmão do presidente acima mencionado (que possuía o mesmo nome e faleceu em 1839), ao contrário deste, aderiu à Confederação do Equador em 1824 (adotara o sobrenome Jaguaribe durante o movimento); foi também deputado provincial na legislatura de 1835 – 1837 (STUDART, 2012b, p. 93 e GUIMARÃES, 1951, p. 349). Não encontramos maiores informações sobre Joaquim da Silva Santiago, o que dele sabemos foi a partir das cartas escritas por Alencar em 1835 ao Ministro da Fazenda Manuel do Nascimento Castro e Silva e por elas vemos que Santiago era vereador de Fortaleza e fazia oposição ao governo de Martiniano (CARTAS, 1908); o interessante é que no acervo das cartas de Alencar na Biblioteca Nacional há uma grande quantidade escrita por Santiago e datada da década de 1840, o que demonstra que após os dois governos daquele, eles passaram a ter uma relação mais próxima (ver CORRESPONDÊNCIA, 1966). Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, que nasceu em Aracati, teve maior destaque na política a partir da década de 1840, sendo Vice-Presidente da Província do Ceará e, posteriormente, Presidente por algumas vezes; segundo Guilherme Studart, “era negociante de largos haveres” (STUDART, 2012b, p. 39).

do referido batalhão houvesse um “escravo deles” (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 410). A “melhor gente” da capital Fortaleza, nomeada pelo escritor da missiva, tratava-se de indivíduos que também se inseriam ativamente no campo político e que, ao que tudo indica, também rivalizavam com os membros da família Castro. Interessante é que assim como Torres, esta dita “melhor gente” também se tornou opositora de Alencar durante sua Presidência (1834 – 1837) (com exceção de Costa Barros), o que nos possibilita a reflexão de que o período vivenciado era o dos rearranjos das alianças e da delimitação dos opositores, ou seja, momento em que o campo político era ressignificado. Torres não só queria expor os Castros, mas mostrar a Alencar quem fazia uma política de “intrigas” e quem eram os que atuavam dentro das regras estabelecidas. Cria uma polarização: de um lado a “súcia”, do outro, a “melhor gente” (que intercedeu a seu favor, o que demonstrava a que lado pertencia). Torres foi além, dizendo que eles (o escritor e os mencionados indivíduos, além de outros) prosseguiram fazendo “grande barreira aos Senhores Castros que só querem figurar a inda [sic] a custa de verem correr o sangue de seus Patrícios...” (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 410). A desordem e a violência seria obra da família Castro, capaz de atentar contra seus concidadãos (é bom lembrar que os Castros tinham boa relação com Martiniano). A insatisfação, pelo que podemos apreender, dava-se pelo fato desta família ter grande presença no campo político provincial, possuindo parentes em diversos cargos da burocracia do Estado¹⁹, sem falar dos cargos ocupados no Governo, como a Vice Presidência da Província ou as cadeiras do Conselho Geral da Província. Outra possível motivação para tais disputas poderia ser a rivalidade local, pelo fato de alguns sujeitos que incorporavam a “melhor gente” serem de origem aracatiense, vila de onde provinham os membros daquela família.

Francisca de Souza Mota também deu seu ponto de vista sobre os Castros em uma de suas missivas a Alencar (datada de 13 de março de 1833). Dizia ela que não se furtaria a falar da “má fadada província” e dentro deste assunto juntou Labatut, Cambuci, Pinto Madeira e a família Castro. A “desgraça” começara com a vinda de Labatut (e Cambuci), que na Corte enganara com seu “patriotismo” até Martiniano, sendo na verdade um “caramuru refinado”, que, posteriormente, protegia todos os “pintistas”. Enquanto os “caramurus mais políticos” da

¹⁹ Pelas epístolas presentes em CORRESPONDÊNCIA, 1966, observam-se várias menções a cargos que seriam ocupados por membros dessa família.

província não ocultavam mais seus sentimentos, Francisca de Souza se referia assim à mencionada família aracatiense:

Malvados homens são os Castros e o pior deles é o Facundo, tem seduzido muito povo principalmente no Centro [Cariri e proximidades] onde tem um grande partido para arranjar tudo quanto quer como fosse nas eleições que ele e João André estão feitos uns diabos com amizade que tiveram com Labatut e Cambuci que nos Colégios do Centro ele ficaram [sic] de cima. (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 296)

As associações que se faziam de Labatut e Cambuci aos caramurus já foram mencionadas anteriormente, com todas as suas conotações negativas. Francisca Mota tenta convencer Alencar da dissimulação daquele que fora findar o movimento restaurador de Pinto Madeira, era tão caramuru quanto este. Foi neste contexto que Francisca inseriu a família Castro. Não bastassem as irrupções restauradoras por que vinha passando a província, fosse devido a Pinto Madeira ou à chegada de Labatut, aquela família aracatiense não deixava de fazer suas articulações políticas buscando o seu benefício. Tal movimentação foi incorporada, através da escrita daquela senhora de Maranguape, pela figura de João Facundo de Castro Menezes²⁰, que manipulava o “povo” (mundo da desordem) em benefício de articulações políticas, escrevendo ainda que na região do Cariri tinha “um grande partido”, pois lá era o reduto dos caramurus que desestabilizavam a província. O objetivo era garantir sua legitimação na articulação política provincial através das eleições (para o Conselho Geral da Província e/ou Câmara Geral), tendo conseguido grande votação nos colégios eleitorais do Centro, segundo a remetente, com a ajuda da amizade que manteve com Labatut e Cambuci.

Outra característica exposta por Francisca de Souza e que por si só já nos diz muito sobre as disputas no campo político, estava no embate entre periódicos: “Facundo com mentiras e aleivosias tem feito riscar no Sertão o Jacauna para não ver contestar com o Corcunda Semanário.” (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 296). O Cearense Jacaúna teve como principal redator José Ferreira Lima Sucupira e o Semanário Constitucional era ligado à família Castro. Conforme a remetente expôs a seus destinatário, o Cearense Jacaúna era preterido no Cariri em favor do Semanário Constitucional por obra de João Facundo. O que nos interessa nesta etapa é destacá-los como instrumentos utilizados nas disputas dentro do campo político. A própria autora da carta se posicionou diante delas e já dava os indícios de

²⁰ Um dos mais importantes membros da mencionada família e personalidade destacada na política da província do Ceará.

como ocorriam estes embates ao adjetivar o periódico ligado à família Castro como “corcunda”. Travava-se um conflito não só através de práticas e estratégias utilizadas para adquirir cada vez mais poder de ação dentro do campo, mas também por meio da palavra pública impressa. Era a necessidade de legitimar ações políticas e formas de pensar que impulsionava o confronto entre estes grupos rivais (quando utilizo grupos rivais não pretendo sugerir que os opositores da família Castro partilhavam das mesmas ideias e comungavam laços de proximidade, mas sim que possuíam na retaliação a esta família um ponto em comum). Há referência nas cartas enviadas a Alencar de que junto ia alguma gazeta, o que demonstra que uma das formas de legitimar a “verdade” escrita na missiva era mostrar a Martiniano a que vinha escrito na palavra impressa publicizada. Indo além, podemos pensar que os jornais, dentro do contexto aqui tratado, obtiveram importante papel na delimitação das identidades políticas.

A associação dos Castros aos restauradores ganha inteligibilidade quando a vinculamos ao contexto em que se desenrolavam estes embates: o momento era de definição sobre quem eram os “patriotas” e os “caramurus”, não foi à toa, assim, que Francisco Xavier Torres atribuiu à referida família a capacidade de derramar “sangue de seus Patrícios”, numa demonstração de que os caramurus também eram capazes de praticar severa violência, tendo então como o maior exemplo a revolta liderada por Pinto Madeira, do que se capta, além disto, a vinculação da família Castros a estes insurgentes.

Um dos correspondentes que mais mencionou as atividades da família Castro foi José Ferreira Lima Sucupira. Era nascido na Vila do Crato, mas escrevia de Fortaleza as missivas que a aqui tratamos. Assim como o marido de sua parente Ana Ferreira de Lima (ou Ana Triste, esposa de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe), ele teve participação ativa na Confederação do Equador (o “Sucupira” em seu nome foi acrescentado durante o movimento), ocupando os cargos de capitão e tesoureiro geral da província no Governo Confederado (JAGUARIBE, 1940). Foi um dos deputados escolhidos para o Congresso da República do Equador em Recife (1824), tendo sido, posteriormente, “[...] condenado à morte, e teria tido a sorte de Pessoa Anta, Carapinima, Mororó, Ibiapina, e Bolão se lhe não valessem as rogativas das filhas, que foram a Corte implorar o perdão do Imperador.” (GUIMARÃES ,

1951, p. 357). Também fora deputado provincial na legislatura de 1835 – 1837 e da Câmara dos Deputados entre os anos 1838 e 1841 (STUDART, 2012b, p. 113).

Possuía grande proximidade com Martiniano de Alencar, pelo que suas cartas nos deixam perceber. A seu compadre e amigo, Sucupira preferencialmente trazia os últimos acontecimentos políticos da província natal: relatava notícias da represália das tropas legalistas contra os revoltosos liderados por Pinto Madeira e vigário Antonio Manuel e ainda tecia severas críticas ao coronel Pedro Labatut, acusado-o, assim como os correspondentes tratados anteriormente, de apoiar os aliados de Pinto Madeira e constantemente tachado de caramuru.

Em meio ao “frenesi” causado pela ameaça restauradora, Ferreira Sucupira descrevia um cenário político não menos agitado, donde se percebia a movimentação de grupos locais na intenção de dominar este campo, seja pelas eleições, pela ocupação de cargos públicos etc. A correspondência trocada com Alencar não era só uma forma de lhe deixar a par da situação local, mas também tentar convencê-lo (assim como os outros) de quem estava ao seu lado e quem não estava, quem apoiava seus amigos e quem fazia “intriga”, o que por si só demonstra a centralidade de Alencar no jogo político da província. Além disto, a figura de Martiniano na Corte se tornaria uma arma de extrema importância, uma vez que a condição de deputado geral lhe possibilitaria uma inserção no meio político da Corte, da qual grandes benefícios poderiam ser extraídos.

Neste contexto, Sucupira desvelava ao compadre e amigo quem emperrava o bom andamento da administração provincial:

*Com satisfação lhe asseguro, que o nosso Presidente [José Mariano de Albuquerque] tem feito mais do que os seus anos e forças lhe permitem, e assim mesmo a súcia Castral tem querido introduzir no juízo dos incautos, que os negócios do centro não estão acabados por culpa dele Presidente. Grande gente!!!!
(Carta de 18 de agosto de 1832. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 186)*

O vocabulário utilizado revela as identidades e os laços já estabelecidos. O “nosso”, referente ao Presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, sugere o círculo de relacionamento político e afetivo em que Ferreira Sucupira, Martiniano e o próprio Presidente²¹ estavam inseridos e como se pode inferir, o “bem público” era o principal

²¹ Ao vermos as formas de tratamento e os assuntos contidos na correspondência enviada por José Mariano de Albuquerque a Martiniano de Alencar, percebemos certa intimidade no tratamento, sobretudo naquela datada de

objetivo desses indivíduos²². Diante do levante armado chefiado por Pinto Madeira e pelo padre Antônio Manuel de Souza outra não poderia ser a atitude do amigo Presidente, senão fazer “mais do que os seus anos e forças” lhe permitiam. Entretanto, havia aqueles que desejavam causar a desordem, oporem-se às dignas ações do Presidente Mariano. Não era apenas um grupo de pessoas, e sim uma *súcia* (a exemplo do que Xavier Torre havia escrito), *súcia* “Castral”, adjetivação do sobrenome Castro, que manipulava o “juízo dos incautos” (a “gente” que se enquadrava no mundo da desordem) em seu favor, o que sugeriria seu poder de atuação e o perigo que a utilização dos “incautos” pudesse trazer à “ordem” estabelecida.

Em outra missiva, Sucupira demonstrou mais claramente o sentimento que estamos tentando destacar, qual seja, a ideia de que a família Castro emperrava o bom andamento administrativo da província:

[...] nós temos uma barreira difícil de montar na nossa Província, que é a família de Castro, que se opõem [sic] a tudo, que não são planos seus, tendentes a [ilegível]. Pensava Você talvez, que eu falo assim dominado pelo afeto da paixão, não, julgo-me falando ao meu Amigo despido dela [...]. (Carta de 7 de novembro de 1832. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 187)

A acusação, desta vez, era de que tal família só agia em benefício próprio. Prosseguindo a missiva, mas ainda no mesmo assunto, José Ferreira comenta o caso da eleição para juiz de paz, onde saíram candidatos ligados àquela família o Dr. Rapadura (João do Valle) e o Pe. Castro²³, este como suplente, entretanto foram derrotados e somente Dr. Rapadura conseguiu eleger-se, mas para suplente, o que, segundo Sucupira, desagradou-o e se recusou a tomar posse, sendo interpretado pelo escritor como um ato de desobediência à Câmara (cremos tratar-se da Câmara de Fortaleza, já que não especifica) e às leis, referindo-se subliminarmente aos Castros como aqueles que desejariam um governo destinado a fins particulares (“o partido que tudo quer para si”, por exemplo), em contraposição ao Presidente

5 de janeiro de 1832, que em grande parte trata de assuntos de ambas as famílias (comadres, filhos, saúde, amigos etc.). Ver CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 301 – 305.

²² Referindo-se à administração de Mariano, Sucupira disse a Alencar em missiva de 7 de novembro de 1832: “Ate o presente tem governado constitucionalmente; e só quem quer governo p.^a seus fins terá o que diser [sic] delle”. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 187.

²³ Antonio de Castro e Silva, nascido em Sobral, esteve do lado dos imperialistas durante a Confederação do Equador de 1824, possuía certa inserção política durante a primeira metade do século XIX e chegou a ser deputado provincial por três legislaturas: 1835 – 1837, 1838 – 1839 e 1840 – 1841 (STUDART, 2012a, p. 76 e GUIMARÃES, 1951, p. 166).

de então (José Mariano), que “Até o presente tem governado constitucionalmente”²⁴ (CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 187). Sucupira, assim, estabelece uma oposição: de um lado o governo constitucional (que visava o bem público, baseado na Constituição, portanto, dentro da “ordem”), do outro o governo para fins particulares (pautado no bem privado, que desobedecia as leis). Os Castros eram vinculados ao desregramento, aproximados à desordem, ou seja, a alteridade política estabelecida por José Ferreira é pautada num debate crucial para aquele momento, qual seja, o constitucionalismo, o governo subordinado às leis que garantiriam o ordenamento social e o perigo da desordem. O que o olhar de hoje nos leva a crer, é que o autor das missivas foi construindo paulatinamente a Alencar o que seria a “súcia Castral”, a cada carta uma nova argumentação, família essa que, não esqueçamos, era aliada do então senador do Império (àquela data, Martiniano já havia sido escolhido para este cargo).

Essa “grande gente”, pelas palavras de José Ferreira, não só combatia o Presidente, como também seus aliados. A movimentação em torno das eleições (pela carta de 7 de novembro de 1832, acreditamos se tratar de eleições para deputado geral) dera início à utilização de instrumentos para atacar seus adversários: “[Os Castros] Já estão em agitação para as eleições, já aparecem cartas anônimas pela Província contra mim, e outros muitos que não são da súcia. Não há diabos tão podres, e nem tão sem vergonha” (Carta de 18 de agosto de 1832. CORRESPONDÊNCIA, 1966, p. 186). As cartas anônimas surgem pela primeira vez na fala de Ferreira Sucupira e com um propósito bem delimitado: uma ferramenta para o confronto no campo político.

Como já mencionado, a escrita de cartas foi muito difundida durante o século XIX e pressupunha a utilização de certos códigos que definiam o gênero epistolar, formas de tratamento, despedida etc. Um deles era a inscrição de um destinatário e a revelação de quem seria a autoria da missiva, ou seja, o remetente. Tais códigos não deveriam ser seguidos à risca, mas quando a omissão do remetente era utilizada e a carta não possuía um destinatário definido, uma função peculiar lhe era atribuída. O anonimato do autor já pressupunha que o assunto era delicado demais para se correr o risco de uma represália intempestiva daqueles tocados pelas palavras e a indefinição do destinatário significaria que era endereçada a quem tivesse oportunidade de lê-las, ao público. É como ressaltou Marco Morel (2010): a carta

²⁴ Apesar de passagens anteriores a este trecho estarem ilegíveis, inferimos que esteja relacionado ao Presidente Mariano devido ao contexto do que era escrito a Alencar na referida epístola.

anônima era um “possante instrumento de ataque e defesa contra pessoas, grupos e facções” (p. 227).

Mas se eram anônimas, como Ferreira Sucupira sabia quem as escrevia? Sua conclusão foi baseada por uma questão identitária. A dedução (e aqui não vamos entrar no mérito se foi acertada ou não, até porque existem certos limites para a análise das cartas²⁵) pautou-se na experiência das disputas travadas cotidianamente e principalmente, pelo que pudemos entrever, pelo conteúdo do ataque: “[...] contra mim, e outros muitos que não são da sucia”. A família Castro possuía grande poder político na província e como já mencionamos, alguns de seus membros ocupavam vários cargos na burocracia do Estado Imperial e isto poderia trazer certa insatisfação para os adversários políticos. Outra razão para tal rivalidade poderia ser fruto dos acontecimentos da Confederação do Equador, já que, segundo alguns autores²⁶, a família Castro fez oposição ao movimento e Sucupira e outros correspondentes de Alencar tomaram papel ativo neste combate²⁷. Alguns anos depois, Sucupira e os Castros também se confrontaram na arena da palavra pública, como já foi mencionado acima, com relação às disputas entre os jornais *Semanário Constitucional* e *Cearense Jacaúna*.

O que se pôde perceber a partir do que se desenrolaram nas cartas analisadas (que também era instrumentos poderosos no enfrentamento político contra adversários) e escritas no início da década de 1830 era que o processo de formação do Estado Imperial, sobretudo no aspecto da construção das alianças políticas e das articulações desenvolvidas para se obter cada vez poder dentro deste campo e para ocupar os espaços que legitimariam este poder na província do Ceará, foi marcado por oposições ferrenhas e que guardava resquícios das experiências conturbadas que viviam (a revolta de Pinto Madeira) e que viveram (principalmente, a Confederação do Equador). Muitos dos correspondentes participaram ativamente destes embates, seja em lados iguais ou opostos e cremos que tais experiências possuíam grande parcela de influência (apesar de que em anos adiante, antigos aliados tornar-

²⁵ Sobre o limite de não se poder alcançar uma “história real” no estudo com as cartas, ver GOMES, 2004.

²⁶ Sempre que escrevia a biografia de algum deputado membro da família Castro, o autor ressaltava seu papel na Confederação do Equador como aliado ao Império. Ver a de João Facundo de Castro Menezes (p. 304 – 306) ou de Antonio de Castro e Silva (p. 167 – 168), como exemplos. Ver também GIRÃO, 1985.

²⁷ Além de Sucupira, João Franklin de Lima, José Mariano de Albuquerque, padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar etc. Ver CORREPONDÊNCIA, 1966.

se-iam opositores, e opositores, aliados). Um processo longe de ter ocorrido pacificamente, envolvendo disputas ferrenhas. As disputas entre os grupos, a construção das identidades, estão na superfície do processo de legitimação e consolidação de projetos políticos, no caso, o projeto político liberal-moderado, mesmo que em alguns casos esse arcabouço de concepções de organização do Estado seja utilizado como instrumento de embate no campo político contra grupos rivais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

Fontes:

BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1824*, v. 1, 1824, p. 7 - 38. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Const_1824.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2013.

CORRESPONDÊNCIA passiva do Senador José Martiniano de Alencar. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 86, 1966.

Obras:

BRÍGIDO, João. O General Pedro Labatut. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XVII, 1903, p. 301 – 323.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/ Teatro de Sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB Etene, 1985.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11.

GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados provinciais e estaduais do Ceará: Assembleia Legislativa 1835 – 1947*. Fortaleza: Ed. Jurídica Ltda., 1951.

JAGUARIBE, João Nogueira. Alencares de sangue e afins. *Revista do Instituto do Ceará*, t. LIV, 1940.

MALANTIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840)*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

PERROT, Michelle (et. al.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. v. 4. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 11.

STUDART, Barão de. Conselho Geral da Província do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XXXVI, 1922, p. 456 – 494.

STUDART, Guilherme. *Diccionario bio-bibliográfico cearense I*. Edição fac-simile. Fortaleza: Iris; Secult, 2012a (1913).

_____. *Diccionario bio-bibliográfico cearense II*. Edição fac-simile. Fortaleza: Iris; Secult, 2012b (1913).

_____. *Diccionario bio-bibliográfico cearense III*. Edição fac-simile. Fortaleza: Iris; Secult, 2012c (1913).